

DISCURSOS SINDICALISTAS FEMININOS EM SERGIPE (1932 A 1935)

Maria Leônia Garcia Costa Carvalhoⁱ

Resumo: Os discursos femininos na mídia impressa de Sergipe emergem, com maior constância, na primeira metade do século XX, período em que podemos observar a crescente luta da mulher por seus direitos. Na década de trinta, com o advento do movimento operário sergipano, surgem as primeiras organizações sindicais, que passam a reivindicar melhores condições de trabalho. Diante dessas manifestações, as mulheres, no início silenciosas, somam-se, aos poucos, aos movimentos trabalhistas e anunciam seus primeiros discursos em jornais como A Tribuna (1932), Sergipe-Jornal (1934), A República (1935), entre outros, assumindo posições ideológicas em que deixam transparecer sua busca por uma sociedade igualitária. Baseado na Análise do Discurso de linha francesa, o trabalho em tela examina discursos femininos ocorrentes em jornais do período 1932-1935, com o intuito de interpretá-los e verificar as posições-sujeito que mulheres operárias neles assumiram.

Palavras-chave: Discursos femininos. Movimentos sindicais. Posições-sujeito. Ideologia.

Abstract: The women's discourses in Sergipe press emerge, with greater constancy, in the first half of the twentieth century, a period in which we can observe women in an increasing struggle for their rights. In the thirties, with the advent of Sergipe labor movement, the first unions arise, demanding better working conditions. In light of these events, women, initially in silence, gradually start joining the labor movements and announcing their first speeches in newspapers such as A Tribuna (1932), Sergipe-Jornal (1934), A República (1935), among others, assuming ideological positions that reveal their pursuit for an egalitarian society. Based on the French approach to Discourse Analysis, this paper examines women's discourses occurring in newspapers from 1932 to 1935, in order to interpret and verify the subject positions established by these working women.

Keywords: Women's discourse. Trade union movements. Subject positions. Ideology.

ⁱ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: marialeoniagarcia@yahoo.com.br.

Introdução

Somente na segunda metade do século XIX e início do século XX, os discursos femininos surgem em jornais e revistas sergipanas. A mulher, então reprimida e silenciada por uma sociedade extremamente patriarcalista, rebelase à sua função de apenas mãe e dona de casa e levanta sua voz contra as injustiças de que se julgavam vítimas, passando a denunciá-las e a reclamar direitos que lhe eram negados, como os de educar-se, de votar e, principalmente, de obter espaço no mundo do trabalho. A luta feminina por uma sociedade igualitária foi persistente, com muitos altos e baixos. Não foi fácil à mulher conquistar o espaço que lhe é devido, por ser considerada um ser frágil, incapaz de gerir a própria vida e, até mesmo, menos inteligente que o homem. Aquelas que expunham suas ideias publicamente, por meio de revistas e jornais, eram mal vistas, uma vez que transgrediam as regras de uma sociedade que as privava do direito à voz e da participação social, em decorrência de um sistema patriarcal radical, no qual a autoridade competia somente aos homens. Contudo, aos poucos, as mulheres foram tomando consciência de suas possibilidades e desenvolvendo determinadas aptidões que transcendiam as fronteiras do lar, para inserir-se, também, no mundo profissional, como afirma Carvalho:

Apesar dos estreitos limites que lhes eram impostos, algumas (mulheres) conseguiram ultrapassá-los, mesmo enfrentando barreiras e preconceitos, através de uma atuação mais ampla na vida social. [...] Há entre elas uma preocupação com a própria identidade, desenvolvendo não apenas formas de expressão, mas de transgressão aos padrões que lhes foram administrados, sendo patentes pressões por referências mais genuínas (CARVALHO, 2012, p. 77).

Em Sergipe, a luta feminina por igualdade de direitos se deu, principalmente, através da participação da mulher em jornais e revistas da época. Mesmo assim, foram raras as participações femininas na política sergipana do início do século XX, visto que eram poucas as mulheres letradas, independentes, capazes de ir além dos preconceitos de uma sociedade ainda anacrônica. No início da década de 1930, algumas delas se uniram ao movimento feminista nacional, entre elas a médica Ítala Silva de Oliveira, que lutou acirradamente pelo direito ao voto e à candidatura e, após sua conquista, candidatou-se e venceu as eleições para deputada estadual, sendo, portanto, a primeira sergipana a ocupar tal posição. Ademais, os discursos femininos da época demonstravam (mesmo que implicitamente) o anseio pela

participação nas decisões políticas e por alcançar os direitos de cidadania, como igualdade no âmbito pessoal e profissional.

Enfim, apesar do domínio masculino e da repressão social, a mulher investiu-se em busca de espaço na sociedade, principalmente no que tange o âmbito profissional. O processo de emancipação feminina em Sergipe se deu, entretanto, de forma bastante lenta, já que ia de encontro à ideologia dominante, a do patriarcado. Nas classes alta e média, ainda que para algumas mulheres tenha sido menos difícil afrontar valores costumeiros e preconceitos, as mudanças não foram significativas. Muitas se aplicaram ao estudo, à profissionalização e ao trabalho, mesmo que não enfrentassem dificuldades financeiras, mas havia uma necessidade de autoafirmação. Já nas classes pobres, houve um imperativo crescente de trabalho, por força das exigências do próprio capitalismo, já que impunha a participação da mulher nas despesas domésticas.

Não obstante o predomínio do setor açucareiro, Sergipe também se desenvolveu no setor têxtil, surgindo, no final do século XIX e início do XX, fábricas de tecido, o que se refletiu na vida social sergipana, fazendo crescer a camada média da população e definindo o proletariado urbano. Em decorrência das duras necessidades do cotidiano, mulheres de classes menos favorecidas se viram obrigadas a trabalhar na manufatura de tecidos, submetendo-se a longas jornadas de trabalho, em troca de salários insignificantes, inferiores aos dos homens. Os baixos salários, os trabalhos rotineiros árduos e menos qualificados, os ambientes fabris insalubres, as jornadas extensas causaram insatisfações de diversas ordens, o que as levou, aos poucos, a saírem de seu silêncio e a soltarem suas vozes, participando dos movimentos sindicalistas e denunciando a exploração a que eram submetidas.

Neste trabalho, temos o intuito de interpretar e analisar os primeiros discursos das mulheres operárias de Sergipe, enfatizando as posições-sujeito que neles elas assumem. O respaldo teórico para a pesquisa foi a Análise do Discurso de Michel Pêcheux (1988) e seguidores. Observaremos, portanto, nos discursos em análise, as condições de produção, as posições-sujeito, o efeito ideológico, a censura e a consequência iminente da opressão: a resistência.

1 Condições de produção dos discursos trabalhistas femininos da primeira metade do século XX

A economia de Sergipe, nos séculos XIX e início do XX, basicamente era mantida pela exportação de açúcar e algodão. Aos poucos, as usinas de açúcar e a indústria têxtil se desenvolveram, e Sergipe se inseriu na era da industrialização. Segundo Dantas (2004), em 1907, o Estado contava com 41 empresas e 1.742¹ operários e, em 1930, já dispunha de 237 empresas e 5.386² trabalhadores. À medida que as indústrias iam se expandindo, o Estado ganhava maior densidade no quadro social. No entanto, as condições de trabalho eram péssimas, os operários trabalhavam em ambientes insalubres, sem ventilação, além de cumprirem uma carga horária de trabalho extenuante, que chegava a variar entre 10 e 14 horas diárias, muitas vezes sem direito a descanso semanal. O salário insignificante era insuficiente para o homem sozinho manter a assistência básica necessária à sobrevivência da família, o que levou as mulheres (e seus filhos) a ingressarem no mercado de trabalho com a intenção de contribuírem para o aumento da renda doméstica.

Segundo Matos e Borelli (2012, p. 128), também:

[...] pesava na opção por empregar mulheres (e meninas) em determinados setores a idéia bastante difundida de que elas tinham delicadeza para lidar com certos produtos, submissão, paciência, cuidado e docilidade eram atributos femininos.

No entanto, seus salários eram inferiores aos dos homens, representando apenas 65% do homem adulto. Conforme os citados autores, paulatinamente:

[...] as atividades nas quais as mulheres penetraram, foram sendo, progressivamente, desprestigiadas, desvalorizadas, monetária e socialmente, por fim descartadas pelos homens. Os baixos salários, as atividades rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas na hierarquia laboral foram determinantes do emprego maciço das mulheres na indústria (MATOS e BORELLI, 2012, p. 128).

Além das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários a que eram submetidas, as mulheres sofriam outros tipos de humilhação, sendo, por vezes, desrespeitadas em sua condição humana, visto que eram obrigadas a conviver com o assédio sexual dos patrões, pois, caso contestassem, eram

¹ Censo de 1907 (apud Dantas, 1939).

² Armando Barreto. Cadastro de Sergipe. Aracaju, 1935. p. 101 (apud Dantas, 1939).

demitidas, se engravidassem, eram postas para fora da empresa sem receber nenhum tipo de auxílio.

Castoriadis (1990) apud ORLANDI (2007), ao falar sobre a humilhação, diz que ela é decorrência das sociedades de mercado sem limite que, ao desrespeitarem a condição humana, não oferecem condições de vida decente, infligindo uma recusa de reconhecimento, de existência. Em consequência, surge:

[...] um eu massificado, cada vez mais isolado, privado de referências, de contato, dependente e perdido, um eu impotente, profundamente desorientado e incapacitado de se associar com outros. Assim, a humilhação toca o eu, sua identidade, sua existência.

Em acréscimo ao dito anteriormente, soma-se a imposição do silêncio como outra forma de aviltar o ser humano, de castrar-lhe a voz, de impedi-lo de dizer o que pensa, de tirar-lhe a possibilidade do diálogo. Impor o silêncio não é, somente, calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso que não o estabelecido. Foi o que ocorreu com os trabalhadores, não lhes era permitido outro discurso senão o de concordância com os patrões. Denunciar humilhações, abusos, explorações era algo insensato, quase impossível a um operário, pois lhe rendia a demissão, o desemprego.

A censura sempre coloca um “outro” no jogo discursivo. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de um e do dizer do outro. O outro ao qual me refiro é um elemento interveniente, que pode ser outra pessoa ou a própria, no caso da autocensura. Considera Orlandi (1992, p. 104):

A censura é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. [...] a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em regiões determinadas pelas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se esse movimento.

Em relação às mulheres trabalhadoras, a censura partia do outro; o padrão era elemento externo que as impedia de se inscreverem em formações discursivas destoantes da dele. No jogo discursivo, as relações de poder se revelam ativas e passivas. No caso específico das operárias, restava-lhes apenas a passividade, uma vez que eram impedidas de assumir posição distinta da dos patrões. Como explicar então o fato de algumas mulheres assumirem posições contrárias e participarem de movimentos operários?

Segundo Pires (1999, p. 244), embora “assujeitado” pela ideologia, o sujeito pode por sua própria experiência, superar essa sujeição. Pondera ele que:

O primeiro passo para isso é o reconhecimento da sujeição, o segundo é a resistência. Resistência que, dialeticamente, acontece em dois sentidos: pela reivindicação das diferenças e pela afirmação da igualdade de oportunidades.

Na primeira metade do séc. XX, em especial, no início da década de 30 em Sergipe, torna-se evidente, em muitas mulheres, o reconhecimento tanto de sua condição de submissão e de exclusão, como do imperativo de lutar por seus direitos de cidadania e de reverter o quadro vigente até então. Segundo Carvalho (2012, p. 122), “Para tanto, organizaram-se, agregando-se a movimentos e agremiações, com o objetivo de reivindicar igualdade de oportunidades [...]”. O mesmo ocorreu com as operárias das fábricas de tecido: reconheceram sua situação de humilhação, de maus tratos, de subordinação, participaram de movimentos operários, entraram em greve, reivindicaram melhores condições de trabalho e melhores salários, sobretudo para elas e seus filhos menores, o que caracteriza a resistência.

Conforme Romão (2000), entre os anos de 1930 a 1935, tem-se registro de três fases importantes: 1) os movimentos de 1931 e 1932 (em 1931, os operários da empresa de Tração Elétrica entram em greve; em 1932 os trabalhadores aderem a mais uma greve por redução de jornada, aumento salarial e criação de sindicatos); 2) os movimentos de 1933 e 1934 (com as greves dos comerciantes de Aracaju), a fim de obterem melhores condições de trabalho e aumento do salário; 3) o movimento de 1935, por mais reivindicações em prol do aumento salarial, cumprimento dos direitos trabalhistas e redução das jornadas de trabalho.

Todos esses movimentos operários tiveram a participação ativa de mulheres que trabalhavam nas fábricas. Algumas delas fizeram valer sua voz e lideraram manifestações grevistas, como Maria Feitosa; Aurelina Mangueira e Eulália Santos, conforme nos diz Dantas (2004). Contudo, a história dessas mulheres e sua presença na imprensa, quer por meio de notícias, quer por meio de seus discursos, é ínfima. Daí a necessidade de resgatar, nas poucas fontes existentes, um pouco dessa história silenciada.

2 Desvelando sentidos nos discursos de operárias

Segundo Carvalho (2009), o discurso de um indivíduo, seja ele qual for, é um recorte de representações de sua realidade, do espaço e do tempo em que vive. Sua análise não pode desvinculá-lo dessas circunstâncias. Isso implica considerar, além dos fundamentos linguísticos, os histórico-sociais: o momento histórico, as ideologias que se confrontam entre classes, as circunstâncias sociais e políticas em que o discurso foi produzido. Quando falamos de sujeito em sua relação sócio-histórica, estamos falando de sujeito ideológico, produtor de sentidos na sua interação com os demais.

As posições em que os sujeitos se inscrevem são referentes às formações ideológicas que comportam formações discursivas, designando aquilo que pode e/ou deve ser dito. É por esse caminho que o sujeito se instaura na sociedade, reconhecendo a si mesmo e estabelecendo sentidos em sua relação com o outro. Para Pêcheux, os protagonistas do discurso representam lugares determinados na estrutura de uma formação social e as relações entre esses lugares se refletem em uma série de “formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário atribuem a si mesmo e ao outro” (PÊCHEUX, 1993, p. 77).

O discurso do sujeito é, portanto, efeito dessa rede de relações imaginárias e é uma representação desse imaginário social que leva os indivíduos a assumirem papéis e posições, de acordo com os lugares em que se inscrevem.

Fiorin (1990, p. 49) ressalta que a Análise do Discurso vai mostrar que o sujeito inscrito no discurso é um ‘efeito de sentido’ produzido pelo próprio discurso, isto é, seus temas e suas representações é que configuram sua visão de mundo. É no discurso que o sujeito se revela, a partir das posições que assume:

Não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa (FLORÊNCIO, 2009, p. 25 e 26).

Pêcheux (1988), ao admitir diferentes posições do sujeito no discurso, diz que, nesses casos particulares, a interpelação do indivíduo supõe necessariamente um desdobramento constitutivo do sujeito do discurso em um “sujeito da enunciação” e um “sujeito universal”. A forma-sujeito,

resultante da relação entre o pré-construído (o sujeito universal) e a articulação ou efeito transversal (o sujeito em sua relação com o sentido), derivar-se-ia em diferentes modalidades de sujeito no discurso e aponta, então, três, a saber: o bom sujeito, correspondente à livre identificação entre o sujeito da enunciação e sujeito universal; o mau sujeito, decorrente do distanciamento do saber de uma formação discursiva, que se dá quando o sujeito questiona, duvida, contesta, luta contra a evidência ideológica, voltando-se contra o sujeito universal, e a desidentificação, em que o sujeito do discurso rompe com a formação discursiva correspondente e passa a identificar-se com outras. Aqui, interessa-nos, sobretudo, as duas primeiras modalidades que, a meu ver, se manifestam nos discursos a serem analisados.

Como vimos, o início da década de 1930 em Sergipe foi repleto de manifestações dos trabalhadores das indústrias que, descontentes com sua situação desumana de trabalho, reivindicavam melhorias no setor profissional. Algumas mulheres operárias também desempenharam importante papel nessa luta, participando dessas manifestações, uma vez que elas eram a maioria nas indústrias. No entanto, apesar de algumas conquistas femininas nesse âmbito terem sido alcançadas, essa peleja foi árdua e perdurou durante anos. Em primeiro lugar, seus discursos eram refreados, não podiam manifestar suas opiniões, seus sentimentos, sua indignação com a condição a que estavam subordinadas; em segundo lugar, por serem pobres, sem instrução, não tinham conhecimentos, nem acesso à imprensa como as mulheres de classe média ou alta.

Diante disso, a coleta do *corpus* para análise não foi fácil, pois entre os jornais pesquisados, referentes ao período em estudo (1930-1935), poucos continham manifestações femininas referentes aos protestos trabalhistas que tiveram grande repercussão na história de Sergipe. Abaixo, no Gráfico 1, podemos visualizar que a quantidade de jornais que apresentaram discursos femininos é pequena, talvez pelo fato das operárias não encontrarem espaço para se manifestar, uma vez que não tinham fácil acesso à imprensa.

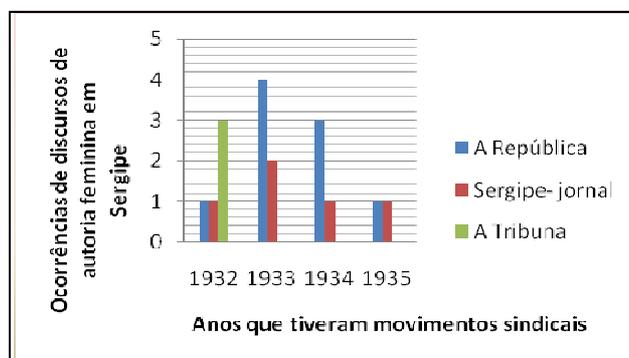


GRÁFICO 1 - Jornais que circulavam em Sergipe nos anos iniciais da década de 1930 em que foram constatadas ocorrências de discursos de autoria feminina.

Dentre as ocorrências constatadas, foram selecionadas, para análise, algumas sequências discursivas (SD) extraídas de discursos de operárias de fábricas de tecido e uma notícia sobre uma denúncia contra os patrões feita por uma trabalhadora, todas constantes em jornais sergipanos do período compreendido entre os anos de 1932 a 1935. Segue-se uma sequência discursiva (SD) da operária Aurelina Mangueira, retirada do artigo “Dr. Costa Filho: saudação de uma operária”, no jornal A República de 13 de julho de 1932:

SD1. Em Sergipe, porém, ao menos entre o operariado, tenho certeza de que nunca surgiu a menor idéia de rebelião, apesar de todo impatriótico trabalho dos incorrigíveis boateiros. [...] Todos aqueles que tiverem bom senso, todos aqueles que desejarem de coração a tranqüilidade, a ordem, a paz em Sergipe, nunca, jamais dirão, como dizem os despeitados, que o operariado sergipano é um núcleo de comunistas.

Pelo título do artigo, percebe-se de relance que o seu objetivo não é travar um embate, uma contenda, uma vez que a palavra “saudação” nos remete à ideia de cumprimento, de cortesia, principalmente quando dirigida a um patrão. Nas palavras de Aurelina, contudo, se dá para divisar um fato: o tom de cortesia utilizado ao dirigir-se ao patrão, aliado ao resgate da memória de que em Sergipe nunca antes surgira entre os operários a ideia de rebelião, sugere uma forma de tranquilizá-lo, de colocar-se de seu lado e de desmentir os rumores existentes: “Em Sergipe, porém, ao menos entre o operariado, tenho certeza de que nunca surgiu a menor idéia de rebelião, apesar de todo impatriótico trabalho dos incorrigíveis boateiros”.

Aurelina Mangueira por meio da utilização dos adjetivos “impatriótico”, e “despeitados” tenta desqualificar os “incorrigíveis boateiros”, ou seja, aqueles que não se cansam de fazer intrigas para causar animosidades, ao

tempo em que procura proteger também a si e aos colegas da calúnia que pesa sobre todos, de que são um “núcleo de comunistas”. De acordo com Orlandi (2005, p. 52), “o falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível [...], mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua”. É sabido que o uso do substantivo “comunista” naquele contexto era muito carregado de ideias preconcebidas, daí a necessidade de compreender o sentido da palavra em sua relação com o momento histórico.

O partido comunista brasileiro, fundado em 25 de março de 1922, é o mais antigo partido político de esquerda em funcionamento no Brasil. Na época, era baseado nos princípios do marxismo-leninismo, com expressão nacional e forte penetração nos meios sindicais e estudantis. Um dos objetivos do comunismo, na sua vertente revolucionária, era instituir uma ditadura do proletariado que tinha como fundamento o marxismo aprimorado pelo leninismo.

Em Sergipe, o movimento não teve grande expressão, mas o termo se generalizou e passou a ter, na época, uma conotação fortemente pejorativa, sobretudo em relação ao meio operário, de tal forma que todos aqueles que contestavam, discordavam da ideologia dominante ou lutavam por seus direitos eram alcunhados de comunistas.

O substantivo comunista pode ter conotações diversas, tanto pode remeter a uma pessoa com ideias comunistas ou que pertence a um partido comunista, como referir-se a alguém que faz parte do movimento revolucionário que tem como objetivo instituir uma sociedade comunista através da extinção do sistema capitalista. Vulgarmente, o termo se estendeu de tal forma que se dizia até que comunistas eram comedores de criancinhas.

Aurelina, em seu discurso, preocupa-se em defender a si e a seus companheiros de trabalho da alcunha que lhes foi impingida, sem colocar-se contra o patrão, nem acusá-lo, embora fique implícita a ideia. Coloca-se ela em seu discurso numa posição-sujeito que, embora pense ser própria, é decorrente da interpelação do sujeito pela ideologia, pois, apesar de seu “desabafo” ante as dificuldades por que passam os operários naquele momento, ela se submete à ideologia dos patrões e tenta rearticular o discurso operário de forma a não afrontar as autoridades presentes, mas sensibilizá-las em relação a seu pleito. Comporta-se ela como um “bom sujeito”, ou seja, aquele que respeita as regras do lugar de onde fala.

A partir de 1932, com o surgimento das greves operárias, a mulher muda sua postura, à medida que a grande maioria trabalha, mobilizando ações a favor de melhores condições de trabalho. Nos jornais selecionados, foram identificadas algumas ocorrências de discursos femininos (de cunho trabalhista) de autoria feminina sergipana. Veja-se, por exemplo, o segmento discursivo transcrito a seguir:

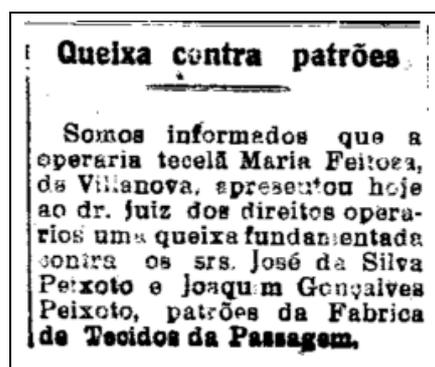
SD2. A causa do movimento operário foi não desejarmos, nem podermos mais trabalhar até 10 horas da noite. Dia e dia nos sentimos mais debilitadas pelo excesso de trabalho, já não podemos resistir mais. Algumas vezes procuramos os patrões José Peixoto e Joaquim Peixoto [...] eles não nos atendiam [...] nos levantamos todas e as machinas pararam. (A TRIBUNA, Aracaju, 21 Janeiro, Ano I, nº 240, 1932).

Em entrevista do jornal *A tribuna*, Maria Feitosa, operária das fábricas têxtil e de óleos de Villanova, reclama ainda das altas jornadas de trabalho e fala da reação das trabalhadoras quando não atendidas pelos patrões. Feitosa justifica a causa do movimento operário, o “excesso de trabalho”, algo impossível de resistir: “[...] Dia a dia nos sentimos mais debilitadas pelo excesso de trabalho”. Sente-se, por meio de sua manifestação, que se chegou ao limite das forças, após tantas tentativas inúteis de estabelecer contato com os patrões, daí a premência de fazer algo, tomar uma atitude: procura ela, então, a imprensa local para delatar os abusos e o descaso dos patrões, denunciando para a sociedade a exploração trabalhista da qual se tornaram vítimas.

A operária, em seu discurso, assumiu uma posição-sujeito de quem se distancia da FD dos patrões: argúi, protesta, volta-se contra o sujeito universal, no caso a ideologia dominante, desconfia da eficácia de seus saberes. Daí, solta sua voz e rompe com o silêncio que a oprimia, mostrando que ela e as demais companheiras de trabalho eram capazes de reagir: “[...] nos levantamos todas e as machinas pararam”. Dessa forma, realizaram a greve operária como forma de protestar e de obter respeito socialmente.

Por fim, a autora do discurso encerra sua entrevista dizendo: “Trago de todas as minhas irmãs de trabalho, de greve e de martyrio, os nossos agradecimentos a < A Tribuna > pelo que tem feito em benefício dos infelizes operários da nossa terra”. O uso do substantivo masculino “martírio” vem acentuar os sofrimentos e as aflições por que elas, as operárias, passavam, tanto as de ordem física como as psicológicas.

Ainda em janeiro de 1932, aparece no jornal A Tribuna, nº 241, uma nota intitulada “Queixa contra patrões”, conforme se observa abaixo:



O texto acima não se trata de um discurso direto, mas indireto: “Somos informados que a operária tecelã Maria Feitosa, de Villanova...” Trata-se de uma notícia de denúncia contra os patrões, feita pela referida operária ao juiz dos direitos operários. Se a queixa era “fundamentada”, era porque havia fundamentos, provas.

A nota intitulada “Queixa contra patrões”, foi publicada em 23 de janeiro de 1932, dois dias depois da entrevista de Maria Feitosa ao jornal A Tribuna. A operária trabalhava na fábrica de tecidos Passagem, da Cidade Villanova (atual município de Neópolis). Nota-se que não é anunciado o motivo da queixa aos patrões, porém por ser publicada dois dias após entrevista da líder do movimento operário, conclui-se qual deveria ser a causa da queixa. Na verdade, Maria Feitosa demonstrou audácia e bravura ímpar ao tomar tal atitude, pois denunciar patrões na justiça é assumir uma posição contrária à da ideologia dominante, é colocar-se do outro lado, como adversária.

SD3. Infelizmente, não somos operários sindicalizados, porque elles mesmos, os patrões, nos prohibiram de formar nosso syndicato. Prometteram ao dr. Juiz de direito de lá que não nos perseguiriam, e depois, agora, não cumprem a promessa... Somos todos pobres, sem nenhum recurso, carregados de família, trabalhamos como que desesperados, recebemos ao fim da semana uma mesquinha de tostões que não chega ao menos para a gente se alimentar e dar o bocado aos pais velhos e aos filhos, e depois, porque se protesta por toda essa miséria, botam a gente no olho da rua... Isso está direito, senhor jornalista? Corta-se um dedo, um braço, uma perna no trabalho, e elles apenas, quando querem, pagam o remédio da botica e nada mais. Entretanto, há leis que nos garantem. Vou queixar-me ao doutor juiz dos operários e pedir providências, não mais para

mim, que não desejo voltar à Passagem, mas para melhorar a situação de meus companheiros de Villanova. (Jornal A República, 31 de janeiro de 1932)

Segundo Romão (2000), “em janeiro de 1932, os operários da Passagem fazem greve pela redução de jornada de trabalho”. Este fato foi confirmado em notícia no mesmo jornal, através de uma entrevista com a líder do movimento, Maria Feitosa. Na entrevista, ela demarca sua posição-sujeito, assumindo publicamente sua situação de operária ‘sem direitos’ e denunciando a repressão e os maus tratos a que os trabalhadores da fábrica de tecidos eram submetidos, ao proferir as palavras: “Infelizmente, não somos operários sindicalizados, porque eles mesmos, os patrões, nos proibiram de formar nosso sindicato”.

O segmento discursivo acima revela a coragem e ousadia de Maria Feitosa, que afronta os patrões diretamente ao denunciar a proibição de formar um sindicato. Por trás de seu dizer, há um não dito implícito: as consequências que sofreriam se ousassem desrespeitar sua ordem: demissão, perseguição, prisão, entre outros “tormentos” possíveis naquela época.

Na verdade, a operária solta sua voz que por tanto tempo conteve, talvez por receio de se prejudicar e lesar os demais companheiros. Se os patrões não cumpriram a promessa feita ao Dr. Juiz de Direito, por que se calar? É chegada a hora de extravasar sua repulsa por tal situação, sua indignação: “Somos todos pobres, sem nenhum recurso, carregados de família, trabalhamos como que desesperados, recebemos ao fim da semana uma mesquinha de tostões que não chega ao menos para a gente se alimentar e dar o bocado aos pais velhos e aos filhos, e depois, porque se protesta por toda essa miséria, botam a gente no olho da rua... Isso está direito, senhor jornalista?”

Percebe-se que sua voz, ao jorrar aos borbotões, mitiga seus sentimentos como alguém que chegou a seu limite humano, nada mais tem a perder. A pergunta feita ao jornalista representa a que ela fazia à coletividade. O jornalista é o mediador entre ela e a sociedade sergipana, é o canal de comunicação do qual pode se valer. Seu enunciado posterior: “Entretanto, há leis que nos garantem...” mostra a contradição que há na justiça do país. Se há leis que os garantem, por que tais fatos ocorrem?

Por último, Maria Feitosa busca ainda uma última alternativa: “Vou queixar-me ao doutor juiz dos operários e pedir providências, não mais para

mim, que não desejo voltar à Passagem, mas para melhorar a situação de meus companheiros de Villanova.”

Considerações finais

Vemos que mulheres operárias lutaram contra a ideologia dominante, que era a ideologia dos patrões e empresários da época. Não foi um embate fácil, especialmente por pertencerem a uma classe carente e desprestigiada. Tanto Aurelina quanto Maria Feitosa, como a maioria das operárias da época, eram submetidas a jornadas de trabalho extenuantes, além de não possuir direitos trabalhistas.

As posições-sujeito assumidas por ambas, embora diverjam, uma vez que a primeira tenta conciliar a animosidade dos empregadores em relação aos empregados e a segunda denuncia sua indignação ante o comportamento reprovável dos patrões, não deixam de representar formas de luta, de ação, de tentativas de solução de embates, por meio de suas práticas discursivas.

A posição sujeito de Aurelina é típica de um bom-sujeito que tenta harmonizar-se com o Sujeito Universal, enquanto a de Maria Feitosa é característica do mau-sujeito pecheuxtiano (1980), que questiona, diverge e rompe com o silêncio imposto aos mais fracos pela sociedade de sua época ao colocar-se contra os patrões, principalmente pelo fato de ser mulher e pobre.

Reivindicar direitos trabalhistas naquele tempo era atitude incomum e temerária. Maria, entretanto, não se submete ao temor e às injustiças impostas pela classe dominante, altamente capitalista. Resiste à exploração e ao servilismo e defende seus ‘companheiros’. Essas foram algumas ocorrências discursivas da mulher em sua relação com o trabalho, que nos oferecem um panorama mínimo das condições de trabalho e luta das operárias em Sergipe.

Fontes – Jornais de Sergipe

A Tribuna, 21 de janeiro de 1932, N° 240, Ano I.

A Tribuna, 23 de janeiro de 1932, N° 241, Ano I.

A República, 13 de julho de 1932, Ano I

A República, 31 de janeiro de 1932, Ano I

Referências

CARVALHO, M. L. G. C. **A construção de uma discursividade feminista em Sergipe**. São Cristóvão: EDUFS: 2012.

DANTAS. I. **História de Sergipe**: República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FIORIN. J. L. **Linguagem e ideologia**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

FLORENCIO, A. M. G. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 2009.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no Mercado Produtivo, In: PINSK, C. B. e PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São. Paulo: Contexto, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6.ed. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed.UNICAMP, 2002.

_____. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed.UNICAMP, 1993. p. 61-162.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed.UNICAMP, 1988.

PIRES, V. L. Discurso e Gênero: sob o signo da contradição, a identidade e a resistência do sujeito e do sentido. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.34, n.2, p.234-284, jun. 1999.

ROMÃO, F. L. **Na trama da história**: o movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935. Aracaju, 2000.